

Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia

Este trabalho analisa o papel de periódicos alternativos no Brasil (Caros Amigos, Brasil de Fato, Le Monde Diplomatique e Revista Fórum) na esfera pública brasileira. Utilizando os conceitos de formação de opinião pública de Walter Lippmann, de construção de consensos de Noam Chomsky e da distinção do conceito de liberdade de expressão e liberdade de imprensa, conclui-se que o fato destes periódicos ampliarem a agenda e o leque de fontes normalmente oferecido pela mídia hegemônica, contribuem para radicalizar a democracia.

Palavras chave: jornalismo alternativo e democracia – jornalismo alternativo e esfera pública – jornalismo alternativo e liberdade de expressão.

Descritores: Jornalismo Alternativo e Democracia - Brasil. Liberdade de expressão - Brasil. A mídia ea opinião pública - Brasi.

Recebido: Julho 20 de 2010

Aceito: Novembro 2 de 2010

Origem do artigo

Este artigo é produto de uma pesquisa realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa de Jornalismo Popular e Alternativo (Alterjor) em 2008 e 2009 que teve a participação de três bolsistas do Programa de Pré-Iniciação Científica da Universidade de São Paulo.

Periodismo alternativo: una herramienta para fortalecer la democracia

Este artículo analiza el papel de los periódicos alternativos de Brasil (Caros Amigos, Brasil de Fato, Le Monde Diplomatique e Revista Fórum) en la esfera pública brasileira. Utilizando el concepto de formación de opinión pública de Walter Lippmann, el de construcción de consenso de Noam Chomsky y la distinción entre libertad de expresión y libertad de prensa, se concluye que el hecho de que estos periódicos amplíen la agenda y la gama de fuentes normalmente ofrecidas por los medios hegemónicos, contribuye a fortalecer la democracia.

Palabras Clave: periodismo alternativo y democracia - periodismo alternativo y esfera pública - periodismo alternativo y libertad de expresión.

Descritores: Periodismo alternativo y democracia - Brasil. Libertad de palabra - Brasil. Medios de comunicación de masas y opinión pública - Brasil.

Recibido: Julio 20 de 2010

Aceptado: Noviembre 2 de 2010

Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia



Introdução

Em 1922, o pensador norte-americano Walter Lippmann escreveu o que se segue:

“Teremos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento

* **Dennis de Oliveira.** Brasileiro. Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP (Brasil). Coordenador geral do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc – site: <http://www.eca.usp.br/celacc>) e membro do Grupo de Pesquisa de Jornalismo Alternativo e Popular (Alterjor) da USP (<http://www.usp.br/alterjor>) Editor da revista ExtraPrensa e co-autor do livro “Midia, cultura e violência” (Celacc, 2009). **E-mail:** dennisol@usp.br. **Site:** <http://dennisoliveira.wordpress.com>



direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele. Se o seu atlas lhe diz que o mundo é plano, ele não navegará próximo ao que imagina ser o limite do nosso planeta com medo de despencar. Se seu mapa inclui a fonte da eterna juventude, um Ponce de Leon irá buscá-la. Se alguém cavouca na poeira amarela que parece ouro, por um tempo agirá exatamente como se o ouro tivesse encontrado. A forma como o mundo é imaginado determina um momento particular o que os homens farão.” (Lippmann, 2008, 38)

Em um mundo conectado por grandes corporações midiáticas e pela presença cada vez maior desta indústria da mídia, é de relevância discutir os métodos empregados para construção destas imagens transmitidas aos cidadãos que atuam na construção do que Lippmann chama de “pseudo-ambiente”, isto é, “um composto híbrido de natureza humana e condições” (2008, p. 37)

O texto clássico de Lippmann é uma crítica à idéia de que a opinião pública seja uma síntese de opiniões individuais elaboradas “livremente”,

dentro da perspectiva racional do conceito de esfera pública, uma das matrizes do pensamento liberal. O conceito de ser humano não pode ser tratado como algo próximo ao grau zero, natural, seres humanos totalmente puros que vão evoluindo com a incorporação do conhecimento racional; mas sim seres humanos produtos da conjuntura que vivem. Por isto, Pateman e Mills chamam o contrato social de contrato de dominação, pois expressam os valores patriarcais e colonialistas da Europa de então. (Pateman; Mills, 2007)

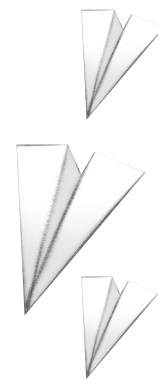
Em uma sociedade midiaticizada, os seres humanos e suas ações são moldados pelas imagens constituídas a partir das referências apresentadas pela instituição dos meios de comunicação de massa.

Nesta idéia original do liberalismo, o jornalismo tinha o papel de ser, primeiro, o elemento ampliador do espaço da esfera pública, levando-a para além dos círculos restritos das elites; e segundo, atuar como representante dos cidadãos na fiscalização dos governos instituídos.

A primeira fase do jornalismo, como ampliador da esfera pública e fiscalizador dos poderes constituídos – o quarto poder – foi classificada como a fase da ilustração do jornalismo por Ciro Marcondes Filho (2000), momento em que as atividades jornalísticas eram realizadas no sentido de defender uma causa (seja política ou estética) e os periódicos atuavam no sentido de organizar grupos para uma intervenção na esfera pública.

Porém, a medida que o jornalismo foi crescendo, paulatinamente foi deixando esta ação da “ilustração” para se transformar em uma atividade mercantil. Habermas afirma que

“Em comparação com a imprensa da era dita liberal, os meios de comunicação de massas alcançaram, por um lado, uma extensão e uma eficácia incomparavelmente superiores e, com isto, a própria esfera pública se expandiu. Por outro lado, assim, eles também foram cada vez mais desalojados desta esfera e reinseridos na esfera outrora privada, do intercâmbio de mercadorias; quanto maior se tornou a eficácia jornalístico-publicitária, tanto mais vulnerável eles se tornaram à pressão de determi-



nados interesses privados, sejam individuais, sejam coletivos” (Habermas, 1984, p. 221)

Por esta razão, alguns autores consideram que esta expansão da ação dos meios de comunicação de massa, ao contrário de um aumento da inserção na esfera pública política de uma gama maior de cidadãos, transformou-os em participantes de uma outra esfera privada, a do consumo. Otávio Ianni, ao considerar a mídia como o novo “príncipe eletrônico”, fazendo alusão ao príncipe de Maquiavel, argumenta que há uma transfiguração silenciosa da sociedade em mercado, da ideologia em mercadoria e do cidadão em consumidor. (Ianni, 2003)

A figura do cidadão se confunde com a do consumidor. Há, então, uma contaminação da esfera das ações públicas ou políticas (no sentido de *polis*) pela dimensão das ações privadas, entre as quais a do consumo, tornando tênue a separação entre ambas e transportando valores da segunda para se tornarem referenciais para a primeira. Cidadania transfigura-se de um valor universal para um privilégio de alguns, um elemento selecionador.

A construção deste pseudo-ambiente em que atua a forma que os seres humanos tem da realidade que moldam suas práticas, a idéia de um espaço de consumidores mediado pelas idéias da economia de mercado no lugar de uma sociedade de cidadãos mediada pelo contrato social reconstitui valores clássicos do próprio liberalismo.

Percebe-se isto no estudo de Venício Lima em que demonstra a transfiguração da idéia de “liberdade de expressão” para “liberdade de imprensa”. Diz ele que:

“Um dos temas mais difíceis no campo das comunicações é estabelecer as diferenças entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa. A primeira se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. A segunda, à liberdade da “sociedade” e/ou de empresas comerciais – a *imprensa* ou a *mídia* – de tornar público o que consideram informação jornalística e entretenimento.” (Lima, 2010, p. 21)

No seu estudo, Lima aponta as diferenças que existem entre *speech*, *print* e *press* (expressão, impressão e imprensa). O direito à liberdade de expressão tem o cidadão como sujeito, assim como o direito à *impressão* – expresso no clássico documento *Aeropagítica*, de John Milton (1644) em que é expresso tanto o direito do cidadão expressar o seu pensamento como o de *reproduzir por meio da impressão* suas idéias.

Muito diferente é a idéia de liberdade de imprensa, cujos sujeitos são as organizações e empresas que controlam a socialização da informação. Principalmente em uma conjuntura em que o que se chamava de jornalismo associou-se com uma crescente indústria do entretenimento, gerando categorias novas de informação socializada, como o *infoentretenimento*, a iconização das informações massificadas por conta do crescimento dos meios audiovisuais.

A confusão de ambas feita pelos discursos da mídia hegemônica significa a incorporação do direito de cidadania para si. Os grandes conglomerados midiáticos consideram-se os porta-vozes da vontade popular e, por isto, transformam qualquer tentativa de limitar o seu poder como um ataque à “sociedade” em geral.

O agravante é que esta restrição dos sujeitos de direito – Lima aponta, por exemplo, que o discurso da grande mídia é de que a *liberdade de imprensa* se sobrepõe sobre todas as outras (Lima, 2010)¹ – acontece em um momento de grande concentração da indústria da mídia e da cultura, hoje na mão de seis grandes conglomerados globalizados: AOL/Time/Warner; Disney; Bertelsmann; Vivendi-Universal; News Corp; Viacom que, segundo dados mais recentes, controlam o fluxo de 85% da produção de informação, cultura e entretenimento em todo o planeta. Boa parte destes conglomerados possui faturamentos e patrimônios maiores que muitos Estados nacionais.

.....

1. Note-se por exemplo a gritaria dos meios de comunicação brasileiros contra o Plano Nacional de Direitos Humanos na sua terceira versão que colocava o respeito aos direitos humanos como uma condição para a avaliação dos pedidos de renovação da concessão dos canais.

A opinião pública é construída, assim, em pseudo-ambientes elaborados por um conjunto restrito de corporações midiáticas de forma que as práticas humanas resultantes destas sejam aderentes a um tipo de sociabilidade, a da economia de mercado.

A construção de uma nova agenda e novos consensos

A América Latina transformou-se no início deste milênio em um lugar onde experiências de sociabilidades alternativas foram pensadas e implementadas, principalmente em função do esgotamento do modelo de adesão das economias dos países da região ao ideário neoliberal². As crises sociais explodiram e os governos que protagonizaram e implementaram este modelo foram derrubados.

Os novos ocupantes dos cargos públicos, entretanto, não tinham uma ideologia política formatada, até porque a chamada esquerda ainda se recompunha da avalanche negativa que sofreu com a queda dos regimes do Leste Europeu no final da década de 80 do século passado. Entretanto, emergiam forças políticas identificadas com práxis identitária étnica e social, o que pode ser explicado pela consideração de Anibal Quijano (2005) que afirma que a formação da América Latina deu-se por processos de extrema violência e de destruição de importantes experiências civilizatórias.

Este movimento vai no sentido de uma refundação dos Estados nacionais latino-americanos o que aponta para a perspectiva de um repactamento social. Grosso modo, podemos apontar alguns aspectos que unificam esta tendência política, resguardadas as particularidades de cada uma das realidades nacionais:

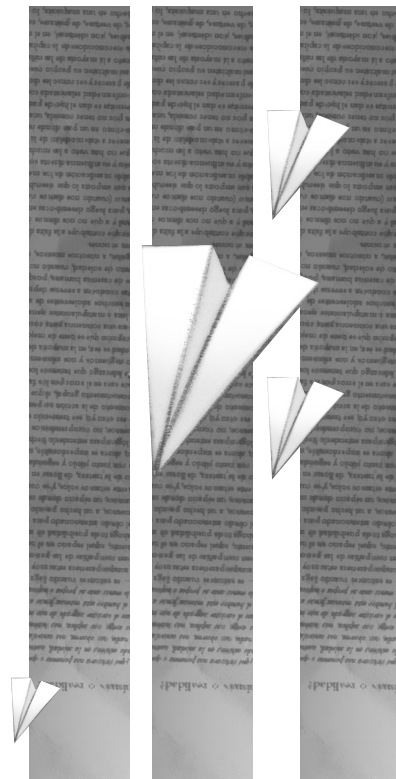
a) anti-imperialismo a partir de uma demarcação de posição com as nações hegemônicas – esta posição varia desde uma postura mais firme principalmente em relação aos Estados Unidos até uma postura buscando atuar como um ator soberano na geopolítica internacional;

- b) redução das disparidades sociais por meio de políticas compensatórias e emergenciais e reconstrução dos equipamentos sociais públicos;
- c) reconhecimento de hierarquias étnicas sempre em prejuízo de povos originários ou que se encontram na base da pirâmide social de forma que o reconhecimento do discurso nacional dá-se, entre outras coisas, por uma práxis étnico-política;
- d) desenvolvimento econômico soberano;
- e) reformas das estruturas políticas institucionais visando a incorporação de mais sujeitos à esfera pública.

Este modelo, com todas as suas matizes, gerou uma transformação na ambiência da esfera pública destes países, trazendo novos sujeitos e novos elementos para reflexão. Incomodou, sobremaneira, grupos já institucionalizados dentro de uma esfera restrita e, principalmente, a grande mídia construtora do pseudo ambiente em que tais práticas eram pensadas e realizadas.

.....

2. Chamamos aqui de ideário neoliberal a adoção das medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, como redução do tamanho do Estado (com privatização de estatais e redução dos gastos públicos com áreas sociais e investimentos), destinação principal da parcela do orçamento para pagamento das dívidas públicas e desmonte de projetos de soberania econômica, adequando as economias aos interesses das grandes potências.



No Brasil, marcado por um “liberalismo antidemocrático”, estas mudanças – ainda que tímidas – foram e são retratadas como “retrocesso” permitindo que discursos raivosos e beirando o ideário facista sustentem a maior revista semanal de informação do país – a *Veja* – que, sem pudores, desrespeita todos os cânones éticos e técnicos da produção de uma matéria jornalística para defender suas posições.³

Em todos estes discursos conservadores, salta aos olhos a presença quase que permanente de críticas a projetos de desenvolvimento soberano, a má vontade com a implementação de políticas de inclusão social, ainda que de caráter emergencial como o *Bolsa Família* do governo Lula⁴ e a ridicularização de cunho preconceituoso dos protagonistas destes governos.

Há uma clara tentativa de construir um outro consenso, diferente proposto por esta agenda, retomando idéias mais cabíveis a um período de submissão a grandes metrópoles, manutenção de privilégios de determinados grupos sociais e impedimento de qualquer discussão que trate da inclusão social e política de segmentos sociais discriminados e excluídos. A estratégia de construção deste outro consenso é vinculá-lo ao conceito de democracia, apropriando-se desta idéia como se os únicos sujeitos protagonistas da democracia fossem as elites – assim como os únicos protagonistas da liberdade de expressão são os proprietários dos meios de comunicação.

Construindo consensos: o papel dos agentes legitimadores

“Os líderes estabelecidos de qualquer organização têm grandes vantagens naturais. Acredita-se que possuam melhores fontes de informação. Os livros e os documentos estão em seus escritórios. Eles tomam parte em congressos importantes. Eles encontram gente importante. Eles têm responsabilidade. É, portanto, mais fácil a eles conquistar a atenção e falar num tom convincente. Mas eles também têm grande cuidado de controle sobre o acesso aos fatos. Cada funcionário é, em algum grau,

um censor. E uma vez que ninguém pode suprimir informação, seja escondendo-a ou esquecendo de mencioná-la, sem alguma noção do que ele deseja que o público saiba, cada líder é em algum grau um propagandista. Estrategicamente posicionado, e compelido frequentemente a escolher até mesmo o melhor entre os igualmente convincentes, embora conflituosos ideais de segurança para a instituição, e candor por seu público, o funcionário descobre a si próprio mais e mais conscientemente que fatos, em que lugar, de que maneira ele pode permitir o público saber”. (Lippmann, 2008, p. 218)

A longa citação de Lippmann expressa o sistema de construção de valores hegemônicos na sociedade liberal: a separação da sociedade em um grupo de líderes que tem o papel de dirigir o fluxo de informações a ponto de consolidar os consensos necessários para a estabilidade do sistema. A percepção, até certo ponto cínica, de Lippmann, de que todo “funcionário é um censor” – cínica, a medida que isto ele aponta como algo natural decorrente desta divisão em função da disparidade de conhecimento entre os vários membros de uma dada sociedade.

Um pouco mais adiante, Lippmann acrescenta que:

“Não é mais possível, por exemplo, acreditar no dogma original da democracia, de que o reconhecimento necessário para a administração dos assuntos humanos surge espontaneamente do coração humano. (...) Foi demonstrado que não podemos nos

.....

3. Só para dar um exemplo, o caso da matéria publicada na edição de maio de 2010 em que critica a política de demarcação de terras para indígenas do governo Lula em que uma entrevista com um eminente antropólogo, Eduardo Viveiros de Castro, foi falseada (admitida pela própria revista).
4. O jornal *Folha de S. Paulo* na costumeira leviandade da coluna Painel, chegou a chamar o *bolsa família* de “mensalinho” para compará-lo ao escândalo de compra de parlamentares chamado de “mensalão”. A intenção é passar a idéia de que o sistema é uma compra de votos dos beneficiários.

apoiar em intuição, consciência ou nos acidentes da opinião casual se nós temos que tratar com o mundo que está além do nosso alcance.” (2008, p. 219)

A necessidade de uma classe dirigente, especializada, que teria como papel central a construção de consensos é retomada por Herman e Chomsky na sua conhecida análise dos meios de comunicação de massa estadunidenses. Comentando a idéia de Lippmann, da qual retira o conceito de “fabricação de consensos”, Herman e Chomsky afirmam que:

“Lippmann não considerou isso como algo questionável pois ‘os interesses comuns muitas vezes estão fora do alcance da opinião pública e só podem ser gerenciados por uma classe especializada cujos interesses pessoais ultrapassem o nível local’. Ele lamentava que o viés incorrigível da imprensa pudesse confundir tanto a classe especializada quanto o público. O problema, portanto, era como obter informações adequadas para as elites tomadoras de decisões. Isso, pensava ele, poderia ser conseguido pelo desenvolvimento de um corpo de especialistas independentes que pudesse dar aos líderes uma assessoria imparcial. Lippmann não se perguntou sobre os possíveis interesses pessoais, da ‘classe especializada’ ou dos ‘especialistas’ nos quais a elite decidisse confiar, nem sobre sua capacidade

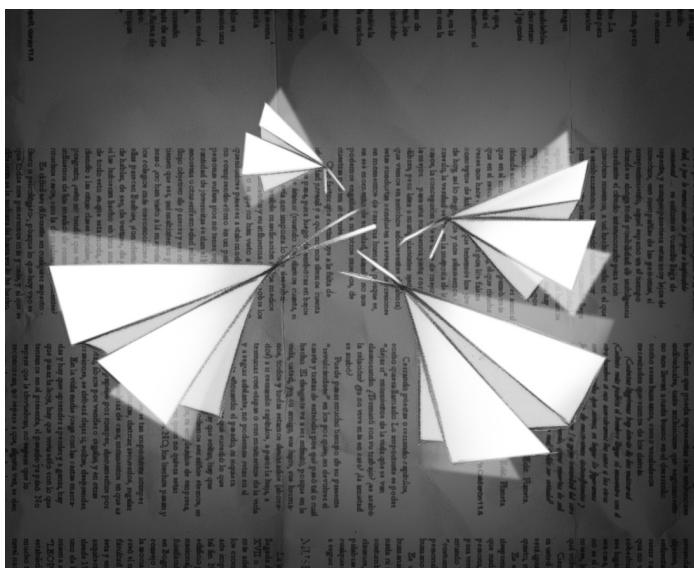
ou seu direito de articular o ‘interesse comum’.” (Herman; Chomsky, 2003, p. 400)

Herman e Chomsky consideram que a mídia de massa é um “aparelho de propaganda” e institucionalizam a atuação desta classe de especialistas de que fala Lippmann. Os dois autores de “O consenso fabricado” não partilham da idéia de Lippmann de que a imprensa pode prejudicar a ação dos especialistas mas sim de que há uma sinergia entre ambas e, mais, a mídia é a própria institucionalização da atuação desta classe de especialistas.

Chama atenção a idéia de filtros proposta por Herman e Chomsky que são os mecanismos de atuação deste modelo de propaganda. Os autores consideram que as fontes utilizadas e os “especialistas” convidados para opinar atuam como um filtro que transforma a mídia jornalística em um aparelho de propaganda.

A técnica de reconstrução do fato via relatos que, ao serem inseridos no discurso midiático, ganham certo status social e, portanto, servem de legitimação dos mesmos e de seus autores faz com que a escolha das fontes (os protagonistas dos relatos) tenha um fundo de institucionalização de uma camada de especialistas. Diante disto, a mídia de massa constrói também um consenso de determinar quais são as opiniões e autores de opinião que merecem ter o status de especialistas com autoridades de fala.

Em um monitoramento realizado nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Revista Veja*, *Revista Isto É* e *Revista Época* no período de setembro a novembro de 2008, constatou-se que 75% das fontes entrevistadas para matérias de política nacional, internacional e local eram da esfera política, isto é, personalidades ocupantes de cargos públicos na esfera executiva e legislativa, comandos de partidos políticos ou assessores e porta-vozes dos mesmos. A maioria dos 25% dos não oficiais estavam localizados nas matérias locais e eram, principalmente, cidadãos reclamando de algum problema específico na sua rua ou ainda notícias policiais em que pessoas comuns eram detidas ou autoras de processos judiciais de repercussão.



Estes meios jornalísticos, pertencentes ao que chamamos de *mídia hegemônica*, legitimam e institucionalizam determinada classe de pessoas, especialistas, que ganham, assim, uma autoridade de fala perante ao público. As controvérsias na esfera pública limitam-se, assim, as diferenças de opiniões entre estes membros. A agenda pública também fica na mão deste círculo.

Na pesquisa realizada por Herman e Chomsky sobre matérias que tratavam do tema “terrorismo” no telejornal “News Hour”, 54% dos especialistas – não jornalistas – que publicaram comentários e análises sobre o tema no período de 14 de janeiro de 1985 a 27 de janeiro de 1986 eram funcionários ou ex-funcionários do governo. Outros 15,7% eram representantes de *think tanks* conservadores e 13,7% acadêmicos. (Herman; Chomsky, 2003, p. 83).

Desta forma, a mídia hegemônica constrói fronteiras para definir quais são as vozes legítimas e não legítimas no debate público. Estas escolhas articulam-se com a perspectiva de uma esfera pública restrita ou de um liberalismo antidemocrático e confronta-se com um projeto de ampliação desta esfera pública. Desta forma, o que se percebe é um confronto do que vem a ser democracia e quais são os merecedores da participação nesta esfera.

Contrariamente a esta tendência, surgem experiências de jornalismo alternativo, de publicações que se articulam com uma outra perspectiva. Durante a ditadura militar no Brasil, a chamada imprensa alternativa se definia como um mecanismo de contra-pauta, de furar o bloqueio à censura imposta pelo regime e apresentar assuntos de relevância para o público ainda que incômodos para o governo autoritário. Era uma luta contra o silêncio imposto pelos detentores do poder. Hoje, o jornalismo alternativo não luta contra o silêncio imposto por ditaduras políticas, mas pela ampliação das vozes na esfera pública, fato dificultado pela ditadura do capital.

A proposta de jornalismo alternativo está na *recusa a este consenso*, mergulhando na esfera das controvérsias *não admitidas*. Uma das formas de praticar isto é ampliar o espectro de fontes.

Jornalismo alternativo e novas fontes

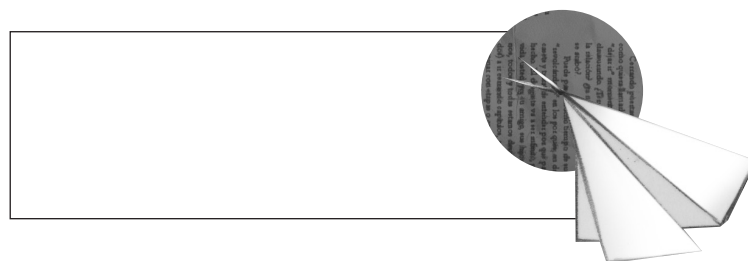
Analisamos alguns jornais que se colocam como alternativos no Brasil no período de janeiro a junho de 2009 no tocante as fontes. Os periódicos selecionados para análise foram: jornal Brasil de Fato (semanal), Le Monde Diplomatique (mensal), Revista Fórum (mensal) e Caros Amigos (mensal)⁵

Classificamos as fontes destes jornais nos seguintes tipos:

- Fontes oficiais (personalidades ligadas a esfera política, seja do governo ou oposição)
- Intelectuais (pesquisadores e personalidades de universidades e institutos de pesquisa sem qualquer vinculação a aparelhos governamentais)
- Lideranças de movimentos sociais (representantes de organizações sociais, movimentos populares tanto em pronunciamentos pessoais como representativos das suas organizações)
- Cidadãos comuns (pessoas sem qualquer vínculo com as categorias acima mencionadas)

As notícias foram classificadas nos seguintes temas: Política Nacional, Internacional, Meio Ambiente, Problemas Sociais, Educação, Ciência e Cultura, Movimentos Sociais e Outros. Esta divisão foi realizada em função dos temas mais tratados pelos meios alternativos analisados no período.

A seguir falaremos de cada um dos periódicos analisados:



.....

5. Este levantamento foi realizado por Mariah Rosa Cruz, Bárbara Soares Neto e Kelvin dos Santos Valentim, alunos bolsistas de uma escola de ensino médio de Cotia, participantes do Programa de Pré-Iniciação Científica da Universidade de São Paulo sob minha orientação em 2009.

Revista Caros Amigos: este periódico foi fundado em abril de 1997 por um grupo de jornalistas e intelectuais progressistas, grande parte deles oriundos das lutas contra a ditadura militar. A editora (“Casa Amarela”) também publica livros, alguns de profissionais que escrevem na revista. Grande parte da revista é composta por artigos assinados. Em todo o número há uma grande entrevista feita com alguma personalidade, normalmente, do campo progressista. A entrevista é feita no estilo do antigo jornal alternativo *Pasquim* (um grupo de jornalistas da revista se reúne com o entrevistado e a entrevista corre de maneira informal). Além disso, sempre há uma foto-reportagem e uma reportagem investigativa que aborda, em geral, problemas sociais que não são pautados na grande imprensa (como repressões a movimentos sociais, exploração do subemprego, casos de violência policial, entre outros). Segundo a Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas), a tiragem da *Caros Amigos* é de 40 mil exemplares mensais.

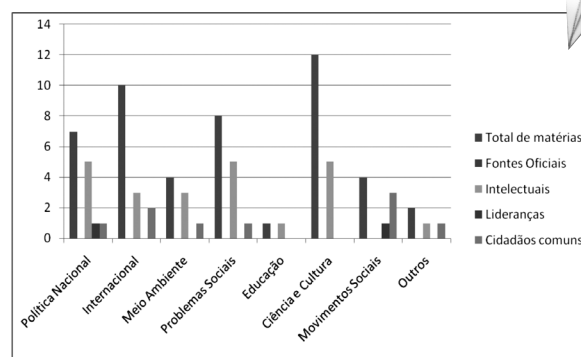
Le Monde Diplomatique: A edição brasileira deste jornal francês, criado em 1954 como um suplemento internacional do conhecido jornal *Le Monde* e depois tornado independente em 1970, foi lançada em 1999 na versão on line e em 2007, no formato impresso. A sua edição está por conta da organização não governamental Instituto Pólis. O *Le Monde Diplomatique* tem uma vocação internacionalista, discute os efeitos perversos da globalização neoliberal para os países do chamado Terceiro Mundo e se vincula ao movimento conhecido como “altermundista”, criado por conta das articulações que desembocaram no Fórum Social Mundial e o lema “um outro mundo é possível”.

Revista Fórum: Criada em 2001, também produto da articulação do Fórum Social Mundial, da qual herdou o nome, embora não seja a publicação oficial deste movimento. É editada pela Editora Publisher Brasil, que também edita livros. A grande inovação deste periódico é que ele é impresso em papel reciclado. Começou com periodicidade bimestral e desde 2004, virou mensal. Segundo a própria revista, a tiragem é de 20 mil exemplares.

Jornal Brasil de Fato: Lançado em janeiro de 2003, durante a realização do Fórum Social Mundial, é um jornal semanal produto de uma articulação de movimentos sociais populares, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de outros, como o Via Campesina, Consulta Popular, entre outros. Circula a partir das bases destes movimentos sociais além de ter uma rede de assinantes e apoiadores. É utilizado para eventos de formação de lideranças de movimentos sociais. Não há informações precisas sobre a sua tiragem.

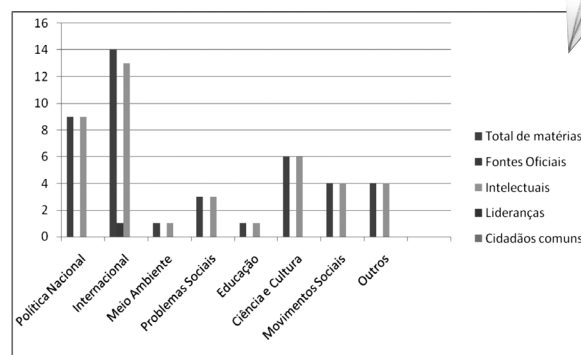
Resultados

Revista Caros Amigos



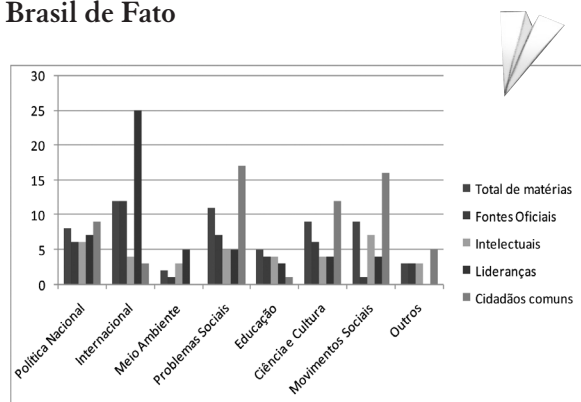
A revista *Caros Amigos* deu mais destaque para os assuntos de Ciência e Cultura, Internacional e Política Nacional. Não há uso de fontes oficiais e o predomínio de fontes são intelectuais. Este periódico tem a presença maior de artigos assinados e a presença de lideranças de movimentos sociais aparece nas reportagens, gênero em menor número na publicação.

Le Monde Diplomatique



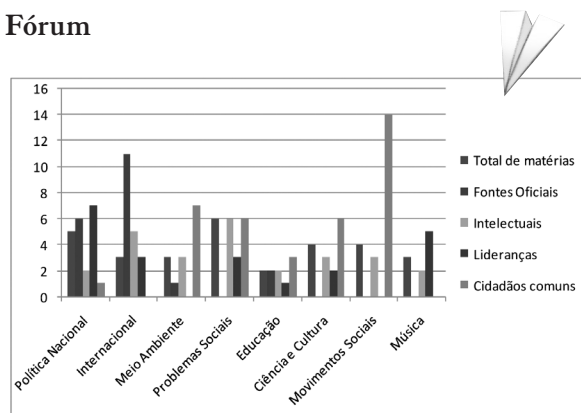
Na revista *Le Monde Diplomatique* houve o predomínio de matérias da editoria de Internacional, e quase que a totalidade de fontes consultadas foram intelectuais. Como boa parte do seu conteúdo é composto por artigos assinados, as fontes são, na verdade, referências conceituais para sustentar idéias e teses sobre temas da contemporaneidade.

Brasil de Fato



O jornal “Brasil de Fato” teve uma distribuição mais equilibrada de assuntos, privilegiando assuntos relativos a movimentos sociais, problemas sociais e internacional. As fontes mais utilizadas foram lideranças de movimentos sociais e cidadãos comuns. Importante dizer que, por ser um jornal semanal, há uma cobertura mais próxima da dimensão factual e, portanto, a presença de reportagens é maior. Assim, o fato de existir uma grande parcela de fontes diferenciadas, como cidadãos comuns e lideranças dos movimentos sociais, proporciona uma construção de um olhar diferenciado sobre o curso dos acontecimentos.

Fórum



A revista *Fórum* teve um número maior de matérias referentes a problemas sociais, política nacional, movimentos sociais e ciência e cultura. Há uma presença um pouco maior de fontes oficiais nas matérias de política nacional e internacional, em geral, personalidades do governo federal ou ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Entretanto, nas outras editorias, percebe-se também a presença de lideranças de movimentos sociais. A revista *Fórum* tem um perfil partidário mais definido, assim há uma nítida presença maior de fontes que representam determinados segmentos organizados da sociedade.

Debate público amplificado

O que se percebe em todas estas publicações é a visibilidade dada a personalidades vinculadas a movimentos sociais não apenas nas ações destes movimentos mas também como personalidades capacitadas para apresentar opiniões e avaliações sobre os mais diversos assuntos.

O conceito de debate político democrático amplia-se assim para além dos ocupantes da burocracia estatal e a cobertura política não se limita a divulgação de escândalos ou das disputas ferrenhas de cunho eleitoral e partidário, mas para a discussão de projetos. Com este espaço concedido, a mídia alternativa confere às lideranças de movimentos sociais um “status” de agente político para além da mera representação corporativa da sua organização.

Outra categoria de personalidades tratadas como fontes por estas publicações são intelectuais – em geral, professores e pesquisadores de universidades. A presença de intelectuais não é uma exclusividade da mídia alternativa, frequentemente a mídia hegemônica também lança mão deste expediente para dar uma credibilidade a sua cobertura.

A autoridade da fala de um *expert* gera uma percepção de uma tecnicidade do debate, para além de uma “paixão” ideológica. É neste aspecto que se percebe uma distinção ideológica das mídias hegemônicas e alternativas: ambas utilizam tais *experts*, porém a cor ideológica é o elemento

definidor de quais garantem presença maior ou menor em uma ou outra mídia.

Por esta razão, fica nítida a inexistência de uma neutralidade no trabalho intelectual, independente da sua qualificação, uma consideração importante tendo em vista que a maior parte da produção acadêmica no Brasil é realizada dentro de instituições públicas.

Considerações finais

A mídia alternativa cumpre um importante papel, dentre outros, de ampliar as vozes da esfera pública, agindo como um elemento problematizador do processo instituinte de determinadas vozes feito pela mídia hegemônica. Desta forma, o espectro de opiniões e de olhares sobre os assuntos se amplia, assim como há outros definidores das agendas públicas para além do estreito círculo das fontes oficiais.

Em um país com um histórico de um funcionamento intermitente da democracia, que passou por processos de liberalismo conservador, a ampliação das agendas e das fontes por parte da mídia hegemônica quebra um dos principais filtros de fabricação do consenso (no conceito chomskyano) e também move a fronteira entre a classe dos formadores de opinião e dos liderados (no esquema lippmanniano).

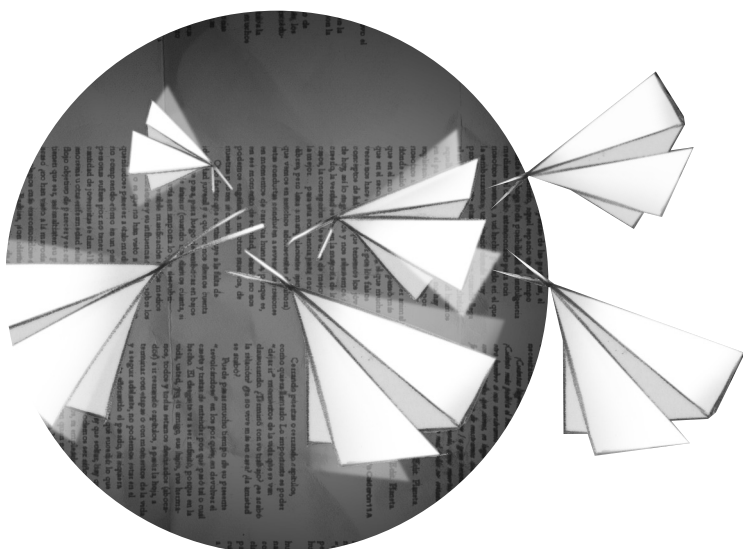
A ampliação das falas autorizadas para lideranças dos movimentos sociais (que não são vistos apenas como potenciais perturbadores de uma

ordem estabelecida, mas também como portadores de falas legítimas) e a explicitação dos cortes ideológicos nas falas dos *experts* e intelectuais também são elementos importantes na consolidação de uma democracia radical.

O confronto entre o hegemônico e o alternativo se coloca aqui, portanto, no processo de legitimação de agendas e fontes. Por isto, a existência da mídia alternativa é garantia de uma reflexão radical (no sentido de pegar pela raiz) da própria estrutura do debate democrático. Mais que de esquerda, o discurso da mídia alternativa é metademocrático pois constrói um espaço onde a própria democracia conceitualmente é refletida e discutida. Retira da grande mídia (e sua agenda e vozes legitimadas) a condição de sujeito único do direito à liberdade de expressão e amplia para outros círculos. Em um momento de refundação do Estado, do repactuação social e da incorporação de novos sujeitos na esfera pública – em um movimento contrário à privatização da cidadania observado pelas tendências da mídia comercial – ações de radicalização do conceito de democracia cumprem um importante papel.

Referências

- Abramo, P. (2003), *Padrões de manipulação na grande imprensa*, S. Paulo, Editora Perseu Abramo.
- Hallin, D. e Mancini, P. (2007), *Comparing media systems*, Cambridge, ISE.
- Habermas, J. (1984), *A mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hermann, E. e Chomsky, N. (2003) *A manipulação do público*, S. Paulo, Futura.
- Ianni, O. (2003), *Enigmas da modernidade mundo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Lima, V. (2010), *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*, São Paulo, Publisher Brasil.
- Lippmann, W. (2008), *Opinião pública*, Petrópolis, Vozes.
- Marcondes Filho, C. (2000), *A saga dos cães perdidos*, S. Paulo, Hacker Editores.



- Oliveira, D e Maia, M. (2003), “Revista Veja: o temor como mecanismo conservador na esfera pública midiaticizada”, *Revista de Comunicação e Cultura: processos mediáticos e culturais*, Vol.1, n.1, Piracicaba, Unimep.
- Pateman, C. e Mills, C. (2007), *Contract and domination*, Washington D.C, John Willey Profession.
- Pereira Filho, F. (2004), *Caros Amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*, S. Paulo, Annablume.
- Quijano, A. (2005), “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”, *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, São Paulo, IEA/USP.
- Rudiger, F. (2001), “A Escola de Frankfurt”, Hohfeldt, A; Martino, L; França, V. (orgs), *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes.

